



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE TRANSPORTE E ENTREGA  
POR PLATAFORMAS DIGITAIS (PLP 152/25)**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2025**

**(Do Sr. Daniel Agrobom)**

Requer a inclusão do Procurador do Trabalho, Sr. Ilan Fonseca, do Ministério Público do Trabalho na Bahia (MPT-BA), dentre os convidados da Audiência pública sobre a natureza da relação de trabalho segundo a visão acadêmica.

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos à Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, a inclusão do Procurador do Trabalho, **Sr. Ilan Fonseca**, do Ministério Público do Trabalho na Bahia (MPT-BA), autor do livro *“Dirigindo Uber: A Subordinação Jurídica na Atividade de um Motorista de Aplicativo”* dentre os convidados da Audiência pública sobre a **natureza da relação de trabalho segundo a visão acadêmica**, prevista para a semana 4, conforme discorre o Plano de Trabalho desta Comissão Especial.

**JUSTIFICATIVA**

O crescimento das plataformas digitais de transporte por aplicativo transformou a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil. Atualmente, são cerca de 1,6 milhão de motoristas em atividade no país, segundo dados do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Essa realidade, marcada pela ausência de regulamentação específica, tem gerado intensos debates sobre a caracterização da relação de trabalho, a subordinação jurídica dos motoristas e as condições de remuneração e segurança da atividade.





Nesse cenário, o procurador do Trabalho Ilan Fonseca, do Ministério Público do Trabalho na Bahia, após vivenciar pessoalmente quatro meses como motorista de aplicativo em Salvador, apresentou reflexões relevantes sobre os desafios enfrentados pela categoria. Sua experiência revelou o elevado grau de controle das plataformas sobre os trabalhadores, que vai desde a supervisão das rotas e do tempo de deslocamento até a imposição de penalidades. Tal nível de ingerência levanta questionamentos sobre a real autonomia dos motoristas e a configuração de vínculos trabalhistas.

Além da subordinação, outros fatores de risco foram destacados, como a violência a que os motoristas estão expostos e a necessidade de longas jornadas para garantir uma renda mínima. Autoridades do Poder Judiciário, do Ministério Público e representantes sindicais, que acompanharam as exposições ressaltaram a importância de aprofundar a discussão, a fim de evitar a precarização do trabalho e buscar formas de valorização e reconhecimento dessa atividade que já se tornou essencial para milhões de brasileiros.

Diante disso, torna-se fundamental a inclusão do Sr. Ilan Fonseca na Audiência Pública sobre a natureza da relação de trabalho segundo a visão acadêmica, prevista para a semana 4, nesta Comissão Especial, de modo a reunir especialistas, representantes das instituições, entidades sindicais e motoristas de aplicativo, para debater a regulamentação da atividade, as condições de trabalho e a necessidade de equilibrar inovação tecnológica com a garantia de direitos sociais.

Sala das Comissões, 01 de setembro de 2025.

**DEPUTADO FEDERAL DANIEL AGROBOM**  
**PL/GO**

